

PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO E AS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS COMO ESPAÇO PROPOSITIVO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

MARINALVA NUNES FERNANDES
Universidade do Estado da Bahia UNEB

CLÁUDIO PINTO NUNES
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB

Resumo

Por ser as conferências municipais e intermunicipais etapas preparatórias para a conferência estadual e posteriormente a nacional, elas assumem um papel estratégico no planejamento macro da educação. Nesse recorte, propusemos analisar as Conferências Municipais de Educação extraordinárias, realizadas no segundo semestre do ano de 2023, por se constituírem, como as demais, em importantes espaços de debate, reflexão e proposição de políticas voltadas para a educação na sua totalidade. No decorrer do processo, ao conhecer os planejamentos, os documentos propostos para discussão, nos perguntávamos, como os municípios do Sertão Produtivo vão conduzir esses momentos de conferência? Será mais uma Conferência a ser adicionada nas estatísticas? Como perceber as especificidades desses municípios? Assim, trabalhamos com a narrativa, na perspectiva de descrever o fenômeno e levantar dados para a análise, sua construção baseou-se nas observações desenvolvidas pela pesquisadora no decorrer das conferências em diálogo com os/as autores/as do campo das políticas educacionais, na análise dos documentos disponibilizados pelo Fórum Estadual de Educação e pelos coordenadores de Fóruns Municipais de Educação. Trata de uma pesquisa em curso para fins de pós doutoramento. A análise revelou questões importantes que precisam ser aprofundadas, dentre elas, tornar as Conferências cada vez mais atrativas e participativas e isto se configura como um desafio contemporâneo para o planejamento em educação, principalmente na conjuntura atual em que precisamos combater ideologias de extrema direita e o capitalismo avassalador que ditam suas regras e buscam a todo custo adentrar ao sistema de ensino.

1033

Palavras-chave: Conferência Municipal de Educação. Planejamento. Política Educacional.

Abstract

As municipal and intermunicipal conferences are preparatory stages for the state conference and later the national one, they assume a strategic role in the macro planning of education. In this section, we proposed to analyze the extraordinary Municipal Education Conferences, held in the second half of 2023, as they constitute, like the others, important spaces for debate, reflection and proposition of policies aimed at education in its entirety. During the process, upon learning about the plans and documents proposed for discussion, we asked ourselves, how will the municipalities of the Sertão Produtivo conduct these conference moments? Will it be another Conference to be added to the statistics? How to understand the specificities of these municipalities? Thus, we work with the narrative, from the perspective of describing the phenomenon and collecting data for analysis, its construction was based on the observations developed by the researcher during the conferences in dialogue with authors in the field of educational policies, in analysis of documents made available by the State Education Forum and the coordinators of Municipal Education Forums. This is ongoing research for post-doctoral purposes. The analysis revealed important issues that need to be deepened, among them, making Conferences increasingly attractive and participatory and this represents a contemporary challenge for planning in education, especially in the current situation in which we need to combat extreme right-wing ideologies and the overwhelming capitalism that dictates its rules and seeks to enter the education system at all costs.

Keywords: Municipal Education Conference. Planning. Educational politics.

Introdução

O presente texto é resultado de uma pesquisa em andamento vinculada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para fins de pós doutoramento. Possui como objetivo principal analisar os Planos Municipais de Educação (2015-2025) dos municípios que integram o território de identidade do Sertão Produtivo, Bahia, como vetores de políticas educacionais.

Nesse recorte, propusemos analisar as Conferências Municipais de Educação (CME) extraordinárias, realizadas no segundo semestre do ano de 2023, por estas se constituírem, como as demais, em importantes espaços de debate, reflexão e proposição de políticas voltadas para a educação em todas as etapas e modalidades. No decorrer do processo, ao conhecer os planejamentos, os documentos disponibilizados para discussão, perguntávamos-nos, como os municípios do Sertão Produtivo vão conduzir esses momentos de conferência? Será mais uma Conferência a ser adicionada nas estatísticas? Como perceber as especificidades desses municípios?

Cintra, Correia e Teno (2020), em diálogos com estudiosos do campo das narrativas, chegam à conclusão que elas possibilitam, descrever fenômenos, levantar dados que vão contribuir com a investigação, ao mesmo tempo contribui para a formação. Nesse trabalho, a construção da narrativa baseou-se nas observações desenvolvidas pela pesquisadora no decorrer das conferências em diálogo com os/as autores/as do campo das políticas educacionais, na análise dos documentos disponibilizados pelo Fórum Estadual de Educação (FEEBA) e pelos coordenadores de Fóruns Municipais de Educação.

Os autores citados acima não se limitam a entender as narrativas como descrição, gerador de dados e formação, mas se apoiam nos estudos de Passeggi e Souza (2017) para afirmarem que as narrativas propõem uma nova episteme conforme descrito,

As narrativas propõem uma nova episteme, um novo tipo de conhecimento, que emerge não na busca de uma verdade, mas de uma reflexão sobre a experiência narrada, assegurando um novo posicionamento político em ciência, que implica princípios e métodos legitimadores da palavra do sujeito [...] (Passeggi; Souza apud Cintra, Correia e Teno, 2020, p. 655).

O campo empírico utilizado na pesquisa foi o território de identidade do Sertão Produtivo e a experiência da pesquisadora junto ao objeto de estudo, vez que trata de uma

articuladora dos fóruns municipais de educação no território e coordena o fórum no município de Guanambi.

A trajetória construída para acompanhar as conferências no território, ora como palestrante, ora como observadora direta e indiretamente, oportunizou-me contatar com fontes diversas. Os dados oficiais, as reportagens veiculadas nas redes sociais, as *lives* sobre os Eixos de debates do documento referência, as leituras de artigos científicos, as observações dos participantes e, ainda, o cultivo pelo encantamento da pesquisa, fizeram-me compreender que apenas a indignação, as ideias forjadas na experiência, não contribuiriam com o debate, a reflexão e a tomada de decisões mais seguras. Fazia-se necessário ir para além das aparências e buscar no “passado sancionado”¹, nas teorias, respostas para minhas indagações, pois “o *novo*, o moderno, como se pode ver facilmente, é determinado pelo aperfeiçoamento teórico” (Ternes, s.d., p. 11).

As Conferências Municipais de Educação no território de identidade do Sertão Produtivo

A palavra conferência tem origem no “Latim *conferre*, “trazer junto”, figurativamente “comparar, consultar, deliberar”, formado por *com* -, “junto”, mais *ferre*, “trazer, portar”. comparação, observar se algo está nos padrões” continua como antes”². Por ser as conferências municipais etapas preparatórias para as conferências estaduais e, posteriormente a conferência nacional, elas assumem um papel estratégico no planejamento macro da educação nacional. Respaldo pelo documento Referência os participantes debatem, avaliam e propõem políticas educacionais para o próximo decênio.

O território de identidade do Sertão Produtivo, juntamente com outros vinte e sete, compõem o estado da Bahia, é utilizado administrativamente pela secretaria de planejamento do governo para elaboração de políticas públicas. Esse formato passou a ser utilizado, também, pelas instituições que exercem controle social das políticas públicas, a exemplo do FEEBA.

¹ “A distinção que Bachelard faz entre ‘passado superado’ e ‘passado sancionado’, não salva àquele. Liquida-o. É que a ciência não pode condescender com o ‘passado superado’. Seria imperdoável anacronismo. E o outro, o passado ‘sancionado’? _Esse, uma vez julgado ‘atual’, *muda de espécie*. Torna-se presente. Efetivamente, presente” (TERNES, s.d., p.11(grifos do autor).

² Disponível no site <https://origemdapalavra.com.br/palavras/conferencia/>. Acesso em 24.03.2024

O território do Sertão Produtivo é composto por vinte municípios. Conseguimos acompanhar direta ou indiretamente dezenove. Desses dezenove, 26% não realizaram a CME, 74% realizaram Conferência no período analisado, sendo 53% de forma presencial, 16% híbrida e 5%, totalmente online.

Para Ball (2014, p. 120), “ideias de políticas não se movem no vácuo, elas são criações sociais e políticas que são contadas e recontadas em microespaços de políticas”. Interesses, projetos, se chocam ou se convergem, vozes podem ser caladas ou impulsionadas, tudo depende de quem assume e/ou dar sustentação as deliberações que são tomadas nesses espaços. Não são fatos isolados, grandes institutos, empresas formam rede para atuar em todo o mundo. Os estudos de Ball (2014) constataam essa realidade. Para o autor, “esses microespaços de políticas são configurações sociais preeminentes e eventos de falas e de trocas onde a confiança é construída, e os compromissos e os negócios são feitos” (Ball 2014, p. 120)

A convocação da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de forma extraordinária para janeiro de 2024 foi um demonstrativo dessa relação de poder. A comunidade educacional organizada em suas diversas instituições acadêmicas, sindicais, populares e estudantis uniu forças junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para requerer do governo a realização da CONAE, por entender que a CONAE/2022 não acumulou contribuições políticas necessárias para a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE). Com o aceno positivo do governo brasileiro, o CNE mobilizou os seus membros para a escrita do texto que subsidiaria a discussão na base, os municípios, distrito federal e os estados.

Para que a CONAE se efetivasse, fez-se necessário a realização das Conferências estaduais e municipais, de modo que os munícipes, em particular a comunidade educacional, pudessem contribuir com o debate propositivo da CONAE, tendo em vista o novo PNE (2024-2034). As conferências foram coordenadas pelos Fóruns Municipais de Educação ou equipe constituídas para esse fim, em parceria com a Equipe Técnica de monitoramento do Plano Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação.

O Fórum Estadual de Educação da Bahia cumpriu um papel de extrema relevância para que as conferências acontecessem. A Rede de fóruns foi mobilizada em tempo recorde e todas as orientações e documentações passaram a circular de forma rápida e precisa. Nesse propósito, utilizando da mediação tecnológica, Ball (2014, p. 119) destaca a importância da rede para dar “sentido de conectividade social e epistêmica” às proposições. “Atores movem-

se entre nódulos e atividades decorrentes e traçam uma cartografia de crença e de defesa”, destaca o autor.

A pesquisadora proferiu palestra em três municípios, Caetitê, Urandi e Candiba. Coordenou a mesa temática em Guanambi e participou como observadora da Conferência Intermunicipal em Lagoa Real que envolveu mais sete municípios a saber: Livramento de Nossa Senhora, Contendas do Sincorá, Caculé, Rio do Antônio, Malhada de Pedra, Dom Basílio e Ituaçu. Na condição de delegada participou da Conferência Estadual de Educação e acompanhou a CONAE, por meio das redes sociais.

As conferências realizadas nos municípios baianos seguiram um padrão organizativo sugerido pelo Fórum Estadual, cuja configuração era constituída por: conferência de abertura, plenária de regimento, discussão dos eixos temáticos e plenária de delegados. Os eixos temáticos compõem o documento Referência redigido pelo Conselho Nacional de Educação.

A proximidade do exercício fiscal/orçamentário, necessário para que as secretarias municipais de educação garantissem a logística das conferências municipais e a participação de delegados na conferência estadual e nacional fez com que o FEEBA apresentasse uma proposta de realização da Conferência Estadual de Educação em duas etapas, sendo a primeira online que aconteceu nos dias 20 e 21 de outubro de 2023 e a segunda presencial que ocorreu em Salvador nos dias 04 e 05 de dezembro de 2023. Em conjunto com a segunda etapa, nos dias 03 e 06 de dezembro, foi realizado o 3º Encontro Estadual de Coordenadores de Fóruns Municipais de Educação.

Para a primeira etapa *online*, fez-se necessário que os municípios realizassem suas conferências em data anterior a 20 e 21 de outubro, para garantir a eleição dos delegados na conferência estadual e posteriormente os municípios discutiriam o documento referência.

Essa metodologia provocou dois desdobramentos, 1º municípios que realizaram a conferência em duas etapas e 2º municípios que optaram por realizar a conferência em uma etapa fazendo o debate a partir das ementas dos eixos e das discussões realizadas pela UNDIME, UNCME, ANPAE, FEEBA, de forma online, oportunizando aos coordenadores de eixos e demais interessados a terem acesso ao conteúdo do documento.

Esse fato fez com que 28% dos municípios localizados no território do Sertão Produtivo, não realizassem a leitura do documento base e 11% lesse parte do documento, desta forma não encaminhou contribuições ao texto. Destacamos que 61% dos municípios conseguiram fazer a leitura e encaminhar suas contribuições ao documento, as quais foram apreciadas na COEED.

Mesmo com uma proposta padronizada para realização das Conferências, alguns municípios incluíram na programação outras atividades com o objetivo de debater questões relacionadas ao processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, em particular, metas e estratégias que dependem de outras pastas para a sua execução. Destacamos como exemplo o município de Guanambi que incluiu em sua programação uma mesa intersetorial, envolvendo diversas secretarias municipais, sobre a qual passaremos a narrar.

A INTERSETORIALIDADE

A Mesa Intersectorial aconteceu em 06 de outubro de 2023 e foi denominada de “Educação compromisso de todos”. Teve como Integrantes os Secretários/as Municipais de Guanambi, com a mediação da coordenadora do Fórum Municipal de Educação.

Se fizeram presentes e usaram da palavra os seguintes secretários: de Governo, de Saúde, de Assistência Social, de Planejamento e de Educação.

Antes de continuar a narrativa sobre o ocorrido na Mesa em voga, destacamos que o conceito de intersectorialidade no campo educacional, remonta a ideia de que exista um diálogo com planejamento em comum entre os diversos gestores responsáveis pelas pastas que integram o poder público municipal e que as políticas devam ser implementadas, visando resultados qualificados para a população sob suas respectivas responsabilidades

As políticas intersectoriais permitem que o sistema de ensino e o conjunto de instituições que o compõe alcance as metas e objetivos que estão propostas nos Planos Municipais, seja na Educação, na Saúde, na Assistência Social, na Cultura, dentre outros, pois desta maneira é construída uma rede coletiva, de forma que proporcione o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade para crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Portanto, a intersectorialidade funciona como intermediador da sociedade, organizações e instituições constituindo alianças específicas entre os atores sociais, que estão sob a coordenação de serviços que constituem como direito da sociedade. A execução coletiva dos trabalhos entre as diversas áreas permite que haja melhoria na qualidade do ensino por meio de uma coordenação compartilhada entre os agentes envolvidos nas políticas intersectoriais. Entretanto, ainda não existe uma concepção clara dos envolvidos sobre o assunto, como afirma Santos em pesquisa desenvolvida em Guarulhos, sobre intersectorialidade, a qual tem como objeto de análise o programa Bolsa Família. Para a autora (2011, p. 32),

A intersetorialidade é, porém, resultado de um processo ainda pouco claro e descoordenado de modelo de gestão de políticas públicas, cuja problematização impõe o desenvolvimento de modelos integrativos de gestão governamental. Pouco clara, pois a normatização associada aos programas somente recentemente forneceu orientações aos municípios sobre quais as ações e estratégias configuram uma ação intersetorial. Descoordenada, no sentido que os setores envolvidos interagem pouco para produzir os resultados previstos pelo programa, ou seja, o elo entre os setores ainda é fraco, com baixa troca de informações, experiências e trabalho em equipe.

A compreensão do secretário de governo é que a gestão na educação, se passa basicamente na busca da eficiência e dos resultados, compreendendo que educar é implementar ações medindo os seus resultados. Para o secretário, a gestora que assumiu a pasta, a terceira, em dois anos de mandato do prefeito eleito (2020-2024), chegou em um momento que o município precisava de ações imediatas, cabendo-lhe buscar as medidas necessárias, cientes dos problemas existentes. Assim, buscou, coletivamente medidas emergências, com planejamento a curto prazo com o foco nos resultados ao final do ano. Levou para cada secretário a compreensão de que, naquele momento era preciso juntar forças, salientando que, “quando o setor não está bem cuidado, a média de resultados cai e na educação isto é mais intenso, porque o volume de trabalho é bem maior”. Destacou que, “de janeiro até a presente data, o município conta com bons resultados e isto é fruto do cuidado dispensado pela Secretária de Educação, às questões orçamentárias, trazendo consigo a consciência de que todos os indicadores só darão resultados no dia que os índices de educação através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) forem melhorados”.

A busca da secretária de educação por parceria tinha um objetivo bem delineado, melhorar os índices da educação do município por meio do IDEB, essa é uma ação bem específica do campo da educação e que pode não atrair adeptos, a intersetorialidade visa afetar o humano em todas as suas dimensões, não apenas a intelectual, a congnoscente. Os desdobramentos do trabalho entre as várias pastas pode, sim, reverberar na melhoria dos dados do IDEB, mas não deve ser o objetivo central.

Junqueira (2004, p.27) ressalta que,

a qualidade de vida demanda uma visão integrada dos problemas sociais. A gestão intersetorial surge como uma nova possibilidade para resolver esses problemas que incidem sobre uma população que ocupa determinado território. Essa é uma perspectiva importante porque aponta uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções. Com isso busca-se otimizar os recursos escassos procurando soluções integradas, pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social.

A intersetorialidade é de extrema importância na busca de modelos eficazes de gestão organizacional. Pois, compreende o sujeito em suas múltiplas determinações para que dessa maneira seja possível alcançar os resultados mais satisfatórios possíveis (Junqueira, 2004).

O Secretário de Saúde qualificou a Mesa como um momento inédito, para ele, quando os secretários têm a oportunidade de falar com a educação sobre o planejamento da saúde, o que já realizou e o que está a realizar, possibilita mais avanço. Informou que esteve no dia de ontem (05/10) em uma reunião com os funcionários do Hospital Regional e detectou que é preciso investir mais na saúde das crianças. Enfatizou o programa de Saúde Menstrual, para que as pessoas mais vulneráveis, principalmente a infanto juvenil, através de parceria entre saúde e educação, possa disponibilizar absorventes para este público. Evidenciou sobre o aumento dos dados dos acidentes em Guanambi e que 50% dos internados no Hospital Regional são vítimas de acidente de motos, e que é preciso fazer um trabalho de educação para o trânsito. Apontou também a necessidade do Brasil retomar a posição de referência de imunização que tinha. Falou sobre a demanda que Guanambi está enfrentando sobre o lixo público e que as Secretarias estão trabalhando para apresentarem a solução à sociedade, a médio, curto e longo prazo, sinalizando a necessidade de trabalhar a questão ambiental, a questão do lixo na cidade com as crianças para que elas incentivem os pais a colaborarem. Propôs ainda, a realização de trabalho nas escolas sobre o importante papel do Samur, com o intuito de ajudar a combater a prática dos trotes e como ajudar a vítima até que o socorro chegue. Propôs um trabalho integrado de apoio a implementação da escola em tempo integral, como uma das políticas que contribua no combate às drogas. Para ele, a palavra de ordem da Secretaria de Saúde e dos demais setores, chama-se PARCERIA.

Libâneo (2001) salienta que as políticas intersetoriais tornam as relações mais equilibradas e justas o que por sua vez acabam permitindo o reconhecimento de um trabalho coletivo.

Nesse contexto, a intersetorialidade se apresenta como uma maneira abrangente de compreensão e reflexão sobre uma realidade. A busca por inovações nas relações pode fazer com que ocorram diversas mudanças no âmbito das estruturas organizacionais o que por sua vez faz com que seja necessário o desenvolvimento de ações diferenciadas que consigam englobar os diversos setores no intuito de que o diálogo entre esses agentes torne possível a busca por uma compreensão de uma totalidade, permitindo com que os problemas tenham soluções eficazes, o que por sua vez, permite uma visão mais ampla de suas necessidades.

A Secretária de Assistência Social iniciou sua intervenção na Mesa com a frase “As sementes que caírem em terra boa, germinarão e crescerão”, ressaltando que a relação entre a Secretaria de Assistência e a Secretaria de Educação precisa ser diária e destaca a importância do professor neste processo, principalmente com o desenvolvimento dos trabalhos do Centro de Referência para Educação Inclusiva (CREIO), contribuindo com o diagnóstico dos problemas apresentados pelos estudantes, evidenciando a importância de uma atuação em rede para o fortalecimento do serviço público e em especial, da educação.

Referenciou os avanços do município para ajudar aos que mais precisam e que isto precisa ser melhor divulgado e concluiu a fala colocando a Secretaria de Assistência Social à disposição de todos para a implementação do PME.

A disponibilidade da secretária de ação social em contribuir com o PME sinaliza uma visão diferenciada tendo em vista que escutamos falas de que o PME é fora da realidade, é inexecutável. Juca Gil, ao analisar as possibilidades de contribuição dos planos nacionais de educação, aponta duas contribuições, sendo uma, no aspecto de centralização de proposições de políticas públicas, que para alguns é vista como negativo, entretanto, Juca Gil (2016, p. 125) alerta que

[...] a centralização eventualmente implantada com os planos nacionais pode contribuir para a eliminação de desigualdades e de injustiças, fortalecendo redes e sistemas educacionais mais frágeis, garantindo direitos quando estes eram negados, distribuindo riquezas às regiões mais pobres, trocando experiências. Espalhando ideias inovadoras antes restritas às grandes cidades e aos estados economicamente poderosos.

1041

O Secretário de Planejamento, salientou que tudo começa pelo planejamento e diante de uma cidade tão grande como Guanambi, com tantas demandas, é possível dizer que não tem recursos para atender todas as demandas, mas o caminho é colocar no papel de acordo com o recurso que tem, o que é possível realizar. Destacou que a secretaria sob sua responsabilidade, Planejamento, não executa, mas dá o suporte as demais secretarias, enfatizando como exemplo o Plano Plurianual e a partir deste plano, no decorrer do tempo a secretaria vai buscando os recursos para a execução do que foi planejado, sendo, 25% para educação, 15% para a saúde e o restante para as demais secretarias. Propôs a oferta de capacitação aos professores sobre o orçamento público, o que ficaria mais fácil para o entendimento das questões orçamentárias. Propõe também, parceria com a Secretaria de Educação no projeto de construção de escola no campo, na localidade do Suruá e a aquisição de terreno para a implementação das creches que estão no planejamento da Secretaria de Educação.

Juca Gil (2016, p.123) problematiza o processo de planejamento no conjunto da elaboração dos planos, para o autor “[...] de fato, por contraditório que seja, às vezes os planos surgem de tantas arenas e com tantos propósitos que acabam por se sobrepor ou até se contrapor, apesar de não se objetivar isso e não se declarar tais intenções”. Estas arenas podem levar os profissionais da educação e a população em geral ao descrédito, adjetivando os planos de instrumentos burocráticos. Portanto, conhecer mais os planos e acompanhar seus monitoramentos tornam-se ações relevantes e necessárias aos profissionais do magistério e todos que participam dos espaços que executam o controle social, de modo a diminuir o distanciamento entre o que é proposto e o que é implementado.

Buscando contribuir com a redução deste distanciamento, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi (SISPUMUR) incluiu na sua pauta de convocatória de assembleia da categoria de servidores municipais (19 de fevereiro de 2024), na qual integra os profissionais do Magistério e da Educação, o ponto “Assegurar como dia letivo no calendário escolar, a liberação dos Profissionais do Magistério e da Educação, das suas atividades funcionais na escola, para participar das Audiências Públicas do PME”. O ponto foi aprovado por unanimidade dos presentes na assembleia e encaminhado, oficialmente, pelo SISPUMUR, à Secretária Municipal de Educação de Guanambi.

A Coordenadora da Mesa lamentou a ausência dos Secretários de Cultura e de Meio Ambiente, destacando que fazer educação requer integração entre os setores e que isto precisa ser melhor compreendido, visando o fortalecimento da educação. Após toda a discussão foram aprovados compromissos coletivos entre as secretarias presentes a serem realizados nos últimos dois anos de finalização do PME (2015-2025)

A experiência de coordenar uma Mesa intersetorial em um contexto de avaliação e planejamento dos planos decenais, em particular do PME do município de Guanambi, onde o FME ousou incluí-la na programação da Conferência, ratifica nosso entendimento, de que as políticas de intersetorialidade tornam-se relevantes no âmbito das políticas públicas, pois essas ultrapassam os limites existentes entre os setores. Assim, pode acontecer uma ação conjunta e participativa para atender as lacunas presentes no setor educacional, principalmente aqueles setores considerados os mais vulneráveis da sociedade. Apesar das características positivas apresentadas sobre a intersetorialidade, esse modelo de gestão ainda não está presente na sua totalidade nos municípios do território do Sertão Produtivo.

Considerações finais

Entre os municípios que realizaram as conferências, todos tiveram sua programação padronizada, entretanto, nem todos conseguiram obter os mesmos resultados, alguns não realizaram a leitura do documento referência, outros conseguiram em parte o que impossibilitou encaminhar as contribuições para a COEED. O tempo de debate e proposição ficou bastante limitado em detrimento das mesas de autoridade que prolongam as suas falas e comprometem a programação seguinte. Nesse caso, os participantes assumem um papel passivo, apenas de escutar o que se fala. Os coordenadores de eixo, em algumas situações não otimizam o tempo e as falas ficam centralizadas em poucas pessoas que possuem o domínio do assunto.

Outro ponto, também, importante a ser considerado é o público participante, que na maioria dos municípios ficam restritos aos professores com pouca participação dos estudantes e de outras instâncias da comunidade. Escutei de uma estudante do ensino médio, em um dos municípios que estive presente, que ela só estava na Conferência por teimosia, que não teve nenhum incentivo por parte da escola onde estudava, tampouco da organização.

Observamos, ainda, a falta de incentivo por parte de alguns gestores escolares, que acreditam que a ausência do professor/a na aula neste dia, vai comprometer o período letivo. Não conseguem fazer uma análise mais criteriosa para entender a importância desse momento de planejamento macro da educação.

Em alguns municípios, as Conferências foram realizadas em conjunto com a audiência pública do PME em um único dia, o que leva a tornar os participantes apenas ouvintes, descaracterizando o verdadeiro significado da mesma. Observamos que o período pode não ter contribuído para uma presença mais ativa

Importante destacar o empenho e o engajamento dos fóruns municipais para garantir a realização das conferências, mesmo com as limitações aqui descritas, que não podem ser generalizadas. Podemos extrair do Relatório da CME de Guanambi a seguinte informação:

A Plenária de apresentação das discussões dos sete eixos temáticos aconteceu no turno vespertino com a apresentação de cada coordenador das salas e dos seus respectivos eixos. Esse foi um momento riquíssimo, no qual os delegados puderam expor suas sugestões, apresentar caminhos para a melhoria da qualidade da educação oferecida no município de Guanambi e para a construção do Novo Plano Nacional de Educação e, conseqüentemente o novo Plano Municipal de Educação (Guanambi, 2023, p.2).

Destacamos como positivo, também, as contribuições das instituições, aqui já evidenciadas, UNCME, UNDIME, ANPAE, dentre outras, em articulação com o FEEBA que

organizaram debates, *lives*, rodas de conversa sobre os diversos eixos e refletiram sobre a problemática que os envolve.

A análise trata do coletivo dos municípios, entretanto como nos propusemos a identificar especificidades, aqui destacamos a discussão da intersetorialidade ocorrida no município de Guanambi e aqui narrada no tópico anterior e a Conferência Intermunicipal com a presença de oito municípios que optou por discutir apenas um Eixo, conforme consta na Ata.

o Coordenador da Comissão Organizadora, o Sr. Alexirley Ramos da Silva, (...) Disse que o Documento-Base ainda não estava disponível e que devido a essa questão o município optou por trabalhar um único eixo - **Eixo VI – Financiamento público da educação pública, com controle social e garantia das condições adequadas para a qualidade social da educação, visando à democratização do acesso e da permanência.** Que acaba sendo o maior gargalo da educação atualmente. Assim, convidou o técnico da Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Real, o Srº Tadeu Cincurá que explanou de forma ampla as fontes de financiamento da educação e os principais entraves para alavancar os indicadores tanto educacionais quanto socioeconômicos (Lagoa Real, 2023, p. 2 e 3).

Tornar as Conferências cada vez mais atrativas e participativas configura como um desafio contemporâneo para o planejamento em educação, principalmente na conjuntura atual em que precisamos combater ideologias de extrema direita e o capitalismo avassalador que ditam suas regras e buscam a todo custo adentrar ao sistema de ensino. Qualificar os microespaços de debate da educação, conselhos escolares, conselhos municipais, fóruns municipais, sindicatos, dentre outros, constituem tarefa coletiva de formação das pessoas que circundam esses espaços para que ao chegarem nas conferências, exerçam posicionamentos claros e propositivos na construção de políticas educacionais cada vez mais democráticas e inclusivas.

Referências:

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

CINTRA, S. L. A. D.; CORREIA, L. B. S.; TENO, N. A. C. Pesquisa narrativa: Uma metodologia para compreender experiências formativas. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 9, p.66451-66463, sep. 2020.

GUANAMBI. Relatório da Conferência Municipal de Educação extraordinária do município de Guanambi – BA. 2023

JUCA GIL. Planos educacionais: entre a prioridade e a descrença. In: SOUZA, A. R.;

GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T.M.(Orgs.). **Políticas Educacionais** conceitos e debates. 3^a ed. Curitiba: Appris, 2016.

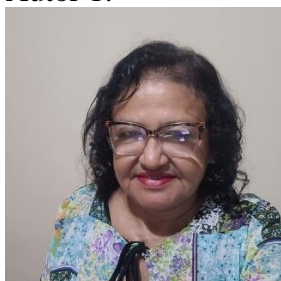
JUNQUEIRA L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000100004
Acessado em 28 de Nov. 2018

LAGOA REAL. Ata da I Conferência Intermunicipal de Educação do Alto Sertão da Bahia – 2023- Etapa Preparatória para COEED EXTRAORDINÁRIA. 2023

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001

SANTOS, N.N. 2011. **A intersectorialidade como modelo de gestão das políticas de combate à pobreza no Brasil: o caso do Programa Bolsa Família no município de Guarulhos**. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, 166.

Autor 1:



Nome Completo: Marinalva Nunes Fernandes
Doutora em Educação pela PUC/GO. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS/UNEB, Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagem – GPCSL/CNPQ.
Email: mnfernandes@uneb.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8203222900441641>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4878-7909>

1045

Autor 2:



Nome Completo: Cláudio Pinto Nunes
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor Titular Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.
Email: claudionunesba@hotmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6979931694367304>
Orcid: <https://orcid.org/0000-000-1514>